

MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



OUTUBRO/2016 - Nº 99

NA LUTA POR RESPEITO

COM ATO E PARALISAÇÃO
ORGANIZADOS PELA AMATRA-2,
JUÍZES E DESEMBARGADORES
EXIGEM A VALORIZAÇÃO
DA MAGISTRATURA

PÁG. 4



TRAGÉDIA NO FÓRUM

RUY BARBOSA

AMATRA-2 E SERVIDORES
SE MOBILIZAM, E O TRT-2
TOMA PROVIDÊNCIAS
PARA A COLOCAÇÃO
DE VIDROS NO PRÉDIO
DA BARRA FUNDA

PÁG. 6

CARTA DE NATAL

“ADOCIDO O JUIZ,
ADOCEM O PROCESSO
E O VALOR DA JUSTIÇA”,
AFIRMA DOCUMENTO
FINAL DO 32º
ENCONTRO ANUAL
DA AMATRA-2

PÁG. 14





MAGISTRATURA E TRABALHO

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

VICE-PRESIDENTE

MARCELO AZEVEDO CHAMONE

DIRETOR-SECRETÁRIO

LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA

DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

XERXES GUSMÃO

DIRETORIA SOCIAL

ISABEL CRISTINA QUADROS ROMEO

TATIANA A. JULIA E. H. BELOTTI MARANESI

BEATRIZ FEDRIZZI BERNARDON

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ

LÁVIA LACERDA MENENDEZ

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

DESEMBARGADORES

TITULAR: ELZA EIKO MIZUNO

SUPLENTE: SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

SUPLENTE: RICHARD WILSON JAMBERG

JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

SUPLENTE: RAQUEL MARCOS SIMÕES

DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

HERMÃO DE OLIVEIRA DANTAS

JEFFERSON AMARAL GENTA

DIRETORIA DE APOSENTADOS

AMADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

MARIA CRISTINA FISCH

DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALÉRCIO

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

CONSELHO FISCAL

TITULARES

MAGDA CRISTINA MUNIZ

RODRIGO ACUIJO

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

FREDERICO MONACCI CERUTTI

SUPLENTE

JULIANA EYMI NAGASE

COMISSÃO DE JUIZES TITULARES E SUBSTITUTOS

ADRIANA PRADO LIMA

ROGÉRIA DO AMARAL

MARIA FERNANDA DE QUEIROZ DA SILVEIRA

JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

DIANA MARCONDES CESAR KAMBOURAKIS

JOSÉ CARLOS CASTELLO BRANCO

DIRETORIA DE ASSUNTOS

LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

LAURA RODRIGUES BENDA

JULIANA JAMTCHEK GROSSO

DIRETOR DE INFORMÁTICA

LUIZ GUSTAVO RIBEIRO AUGUSTO

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLÁVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO

DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

CLÁUDIA FLORA SCUPINO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

JULIANA FERREIRA DE MORAIS AZEVEDO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO

JULIANA HEREK VALÉRIO

AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235 –

BLOCO B - 10º ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO - SP

CEP 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 – FAX: (11) 3392-4727

O JORNAL MAGISTRATURA E TRABALHO

É EDITADO POR

SATYA COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

RUA WISARD, 308 – 1º ANDAR

VILA MADALENA – SÃO PAULO – SP – CEP 05434-000

TEL.: (11) 3914.5928

JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS – MTB 1.259/DF

ESTAGIÁRIA

RENATA CUNHA

PROJETO GRÁFICO

PATRÍCIA MORANTE

REVISÃO

JENIFER LANOF DE LA FUENTE

FOTOS DE CAPA

DIVULGAÇÃO/AMATRA-2

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Caros associados

Em meio a diversas atividades associativas, paro para rever um pouco do nosso dia a dia, exposto na presente edição do *Jornal Magistratura e Trabalho*. Enfim, é a nossa AMATRA-2 atuando em áreas diversas e em todas com muita, mas muita dedicação. A experiência diante das incessantes batalhas me conduz à conclusão de que as adversidades sempre existiram e existirão em nossos caminhos. Porém, a motivação para enfrentá-las e vencê-las é também superior! Não importa quão difícil seja uma conquista, pois estamos sempre trabalhando em busca do melhor para todos nós.

Com essa convicção, agradeço sempre aos que estendem seu apoio com palavras e ações de incentivo, e também aos que nos criticam, contribuindo para o processo natural do amadurecimento de nossos passos.

O país vive um momento de dificuldades econômicas e políticas, o que exige uma conduta que a AMATRA-2 sempre manteve: voz ativa, independência, luta e dedicação nas questões que dizem respeito às garantias da Magistratura, especialmente a dignidade e o prestígio do Poder Judiciário. O ano de 2016 começou com a aprovação da Lei do Orçamento, com cortes desproporcionais e discriminatórios impostos à Justiça do Trabalho, o que está comprometendo o efetivo funcionamento dos órgãos de primeiro e segundo graus.

Ademais, são vários atos públicos recentes, que, no seu conjunto, revelam um propósito de retaliação à Magistratura. É injustificável a proposta do Governo, sob o pretexto de combater a crise econômica, de excluir o direito à recomposição inflacionária de determinadas carreiras fundamentais ao funcionamento do Estado.

E mais, notória é a insensibilidade – ou hostilidade velada – por parte de alguns setores da imprensa que, na sede da propagação do sensacionalismo, não reconhecem a legitimidade de nossas reivindicações.

O CNJ e CSJT – aliados aos Tribunais Superiores – impõem cada vez mais suas políticas de metas, constituídas a despeito da peculiaridade de cada região, o que acaba por criar, além de uma segregação na Justiça Brasileira – com diferenciações de tratamento – um óbice ao exercício da efetiva autonomia do Poder Judiciário.

Enquanto as declarações do Presidente do TST, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, ecoam na política e ganham manchetes nos jornais, os Magistrados enfrentam dificuldades para apresentar suas posições por meio de suas associações representativas perante o próprio Judiciário. De nossa parte, continuaremos debruçados em busca de soluções que garantam melhores condições de trabalho e independência ao Magistrado, seguindo em vigilância constante para manter a Justiça do Trabalho no papel de vanguarda que sempre caracterizou a história da AMATRA-2.

Entendemos que o cenário de crise exige que todos se envolvam e deem sua contribuição. Somente unidos e conhecendo a realidade de nossos problemas, podemos lutar pelo respeito que a Magistratura do Trabalho merece e superar essa situação transitória e adversa.

Juntos somos mais fortes. Juntos pela Magistratura que queremos.

Um abraço,

Fábio Ribeiro da Rocha
Presidente da AMATRA-2

ERRATA

Ao contrário do que informamos na edição anterior, na página 22, o Magistrado que aparece na foto número 7 é o Juiz Aposentado Juraci Silva e não o Juiz Aposentado Luiz Edgar Ferraz de Oliveira. Pedimos desculpas aos associados pelo engano.



FOTO: GUTO SEIXAS

QUASE 85% DOS MAGISTRADOS DO TRT-2 ESTÃO INSATISFEITOS COM O PJ-E

O resultado faz parte de uma pesquisa realizada pela Diretoria de Informática da AMATRA-2 e que será enviada na íntegra ao CNJ com críticas e sugestões de melhoria do software

Os Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) não estão nem um pouco satisfeitos com o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico, o Pj-e. Longe disso. Uma pesquisa organizada pela Diretoria de Informática da AMATRA-2 e respondida espontaneamente por 65 Magistrados revelou que 84,62% daqueles que participaram do levantamento estão insatisfeitos com o software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo principal da ferramenta é permitir a prática de atos processuais pelos Magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, o que possibilitaria mais agilidade no serviço prestado ao jurisdicionado pelos diferentes segmentos do Judiciário.

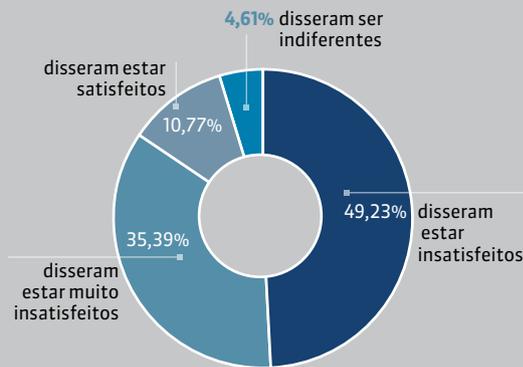
EXCESSO DE MOVIMENTOS

“Pela quantidade de reclamações que ouvimos diariamente, imaginávamos que o número de insatisfeitos era grande, mas nos surpreendemos com o tamanho dessa insatisfação”, afirma o Diretor de Informática da AMATRA-2, Juiz Luiz Gustavo Ribeiro Augusto, que, ao lado do Diretor-Secretário da entidade, Juiz Leonardo Grizagoridis, desenvolveu a pesquisa. Mais de 35% disseram estar muito insatisfeitos com o software do CNJ. A lista de comentários e críticas ao Pj-e tabuladas pela AMATRA-2 atingiu 11 pontos variados, como excesso de movimentos para a realização de tarefas, problemas com assinatura em lote e de atas, dificuldade na visualização de documentos.

O aspecto da saúde dos Magistrados aparece no resultado do levantamento de diferentes formas. “Angústia e estresse em virtude da lentidão do sistema e da dificuldade para acessar os autos em audiência e para a realização de julgamentos” é um dos exemplos listados pelos participantes, que chegaram a sugerir a extinção do Pj-e em razão dos inúmeros problemas verificados. Além de saber a opinião de Juízes e Desembargadores sobre o Processo Judicial Eletrônico, a pesquisa teve por objetivo fazer um levantamento que envolveu mobiliário, computadores e a internet disponibilizada. Todos os resultados e sugestões para melhoria do sistema serão encaminhados por ofício ao CNJ.

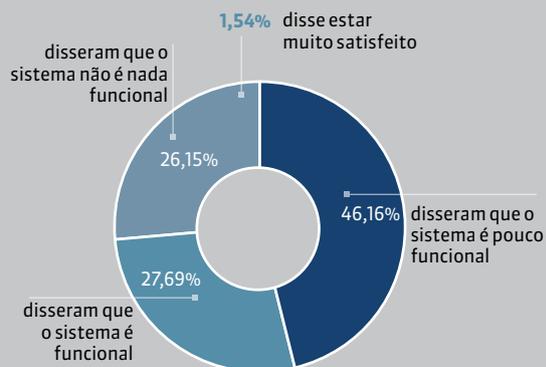
FERRAMENTAS DE TRABALHO

O SISTEMA PJE



AS FUNCIONALIDADES DO PJ-E NO QUE TANGE

A ROTINAS E TAREFAS



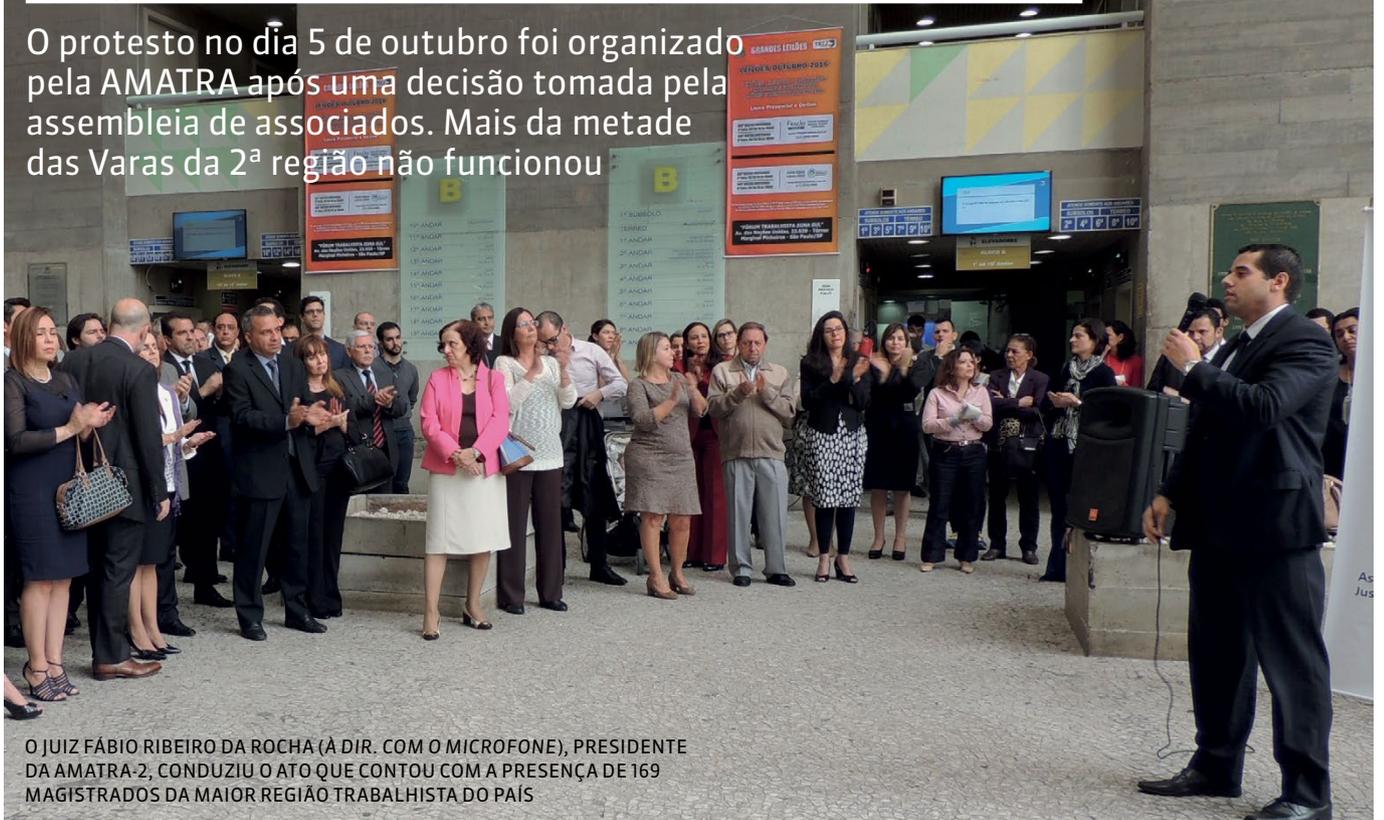
FUNCIONAMENTO DA INTERNET



FONTE: DIRETORIA DE INFORMÁTICA DA AMATRA-2

PARALISAÇÃO E ATO PELA VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO TÊM ADESÃO DE JUÍZES E DESEMBARGADORES DO TRT-2

O protesto no dia 5 de outubro foi organizado pela AMATRA após uma decisão tomada pela assembleia de associados. Mais da metade das Varas da 2ª região não funcionou



O JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA (À DIR. COM O MICROFONE), PRESIDENTE DA AMATRA-2, CONDUZIU O ATO QUE CONTOU COM A PRESENÇA DE 169 MAGISTRADOS DA MAIOR REGIÃO TRABALHISTA DO PAÍS

FOTOS: RENATA CUNHA

Ao todo, 169 Magistrados, entre Juízes e Desembargadores, estavam presentes no Ato em Valorização da Magistratura do Trabalho, realizado no dia 5 de outubro no átrio do Fórum Ruy Barbosa, no bairro da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo.

O protesto foi organizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-2) após uma decisão dos associados presentes na assembleia extraordinária da entidade, que aconteceu em 27 de setembro.

Na ocasião da realização do protesto, foi decidida a paralisação da categoria por 24 horas. De acordo com um balanço divulgado pela AMATRA-2, do total de 224 Varas existentes na 2ª Região, mais da metade, 116 Varas, redesignaram os processos constantes em pauta de audiência, ou seja, não funcionaram. Casos urgentes, porém, foram atendidos.

O Presidente da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, conduziu os tra-

balhos. O Magistrado afirmou que o atual cenário de crise exige que todos se envolvam e deem a sua contribuição.

“Somente unidos e com conhecimento da realidade dos problemas será possível lutar pelo respeito que a Magistratura do Trabalho merece e superar essa situação transitória e adversa”, ressaltou o Presidente da entidade em seu discurso.

Durante o ato, as falas dos inscritos giraram em torno da precariedade do trabalho devido aos cortes orçamentários, à desvalorização dos Magistrados e à fragilização das ações institu-

cionais, afirmando que a permanência dessa situação poderá levar a um agravamento em 2017.

“Mesmo enfrentando esse momento precário, nós somos pressionados pelo sistema e temos que fazer a entrega dos trabalhos com qualidade a qualquer custo”, afirmou o Juiz Farley Ferreira.

Os Magistrados deixaram claro que não estão tratando de uma pendência pessoal, e sim de defesas legais a favor do trabalhador, que paga uma carga tributária absurda e merece receber um trabalho com maior qualidade e rapidez.

A Associação Nacional dos Magistra-

“Somente unidos e com conhecimento da realidade dos problemas será possível lutar pelo respeito que a Magistratura do Trabalho merece e superar essa situação transitória e adversa.”

JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, PRESIDENTE DA AMATRA-2

dos do Trabalho (ANAMATRA) foi representada por sua Diretora de Formação e Cultura, Desembargadora do TRT-2 Silvana Abramo Margherito Ariano. Já a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) foi representada pelo Juiz Antonio Pimenta Gonçalves.

As atividades no tribunal voltaram ao normal no dia seguinte (06/10), mas, conforme acordado na assembleia-geral extraordinária que decidiu pela paralisação, os Magistrados do Trabalho não participaram da Semana Nacional de Conciliação, como continuação ao ato de protesto.

Em declaração publicada no site do TRT-2, o novo Presidente do órgão, Desembargador Wilson Fernandes, demonstrou apoio à iniciativa liderada pela AMATRA-2.

“É importante comunicar à sociedade que há graves ataques contra a Justiça do Trabalho, que visam a inviabilizar seu funcionamento”, afirmou Fernandes. “Esse ramo do Judiciário soluciona os conflitos entre capital e trabalho, que são muito caros à pacificação social. Seu funcionamento inadequado abala os alicerces da própria democracia. A sociedade e os Poderes Executivo e Legislativo necessitam tomar consciência da gravidade desses ataques e enfrentá-los, a bem da cidadania”, completou.

A PAUTA DOS PROTESTOS

A pauta do protesto dos Magistrados da 2ª Região, que envolve além de São Paulo capital, municípios da região metropolitana e a Baixada Santista, inclui desde a reforma trabalhista pretendida pelo governo do Presidente Michel Temer a propostas em tramitação no Congresso e que, de alguma forma, têm impacto no Poder Judiciário.

Entre eles, a proposta de desvinculação do salário dos Magistrados dos subsídios recebidos pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A seguir, a pauta dos protestos alinhada com as demais entidades representativas do Judiciário e do Ministério Público na chamada Frentas.

PL 280/2016 – É um projeto criado pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) que pretende revogar a Lei 4.898 e “endurecer” as punições ao que declara ser abuso de autoridade, dificultando as operações de combate à corrupção como a Lava Jato e a Zelotes, que envol-

“ É importante comunicar à sociedade que há graves ataques contra a Justiça do Trabalho, que visam a inviabilizar seu funcionamento. [...] A sociedade e os Poderes Executivo e Legislativo necessitam tomar consciência da gravidade desses ataques e enfrentá-los, a bem da cidadania.”

DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES, PRESIDENTE DO TRT-2

vem investigações de pessoas poderosas. A reivindicação se dá pelo fato de constar no projeto a possível criminalização de Juízes, Desembargadores, Ministros e outras autoridades na aplicação da lei penal.

PEC 241/2016 – Prevê um novo regime fiscal e impõe um teto para os investimentos públicos nas áreas de saúde e educação. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional impõe um limite nos gastos pelos próximos 20 anos. Segundo defendem os Magistrados, os cortes de direitos sociais não vão resolver os graves problemas das desigualdades e contrariam a vontade da Constituição Federal de 1988, sendo uma afronta aos direitos da cidadania. A proposta foi aprovada em 1º turno na Câmara no dia 11 de outubro e deve voltar à votação na Casa até o final deste mês. Se aprovada, vai para dois turnos no Senado.

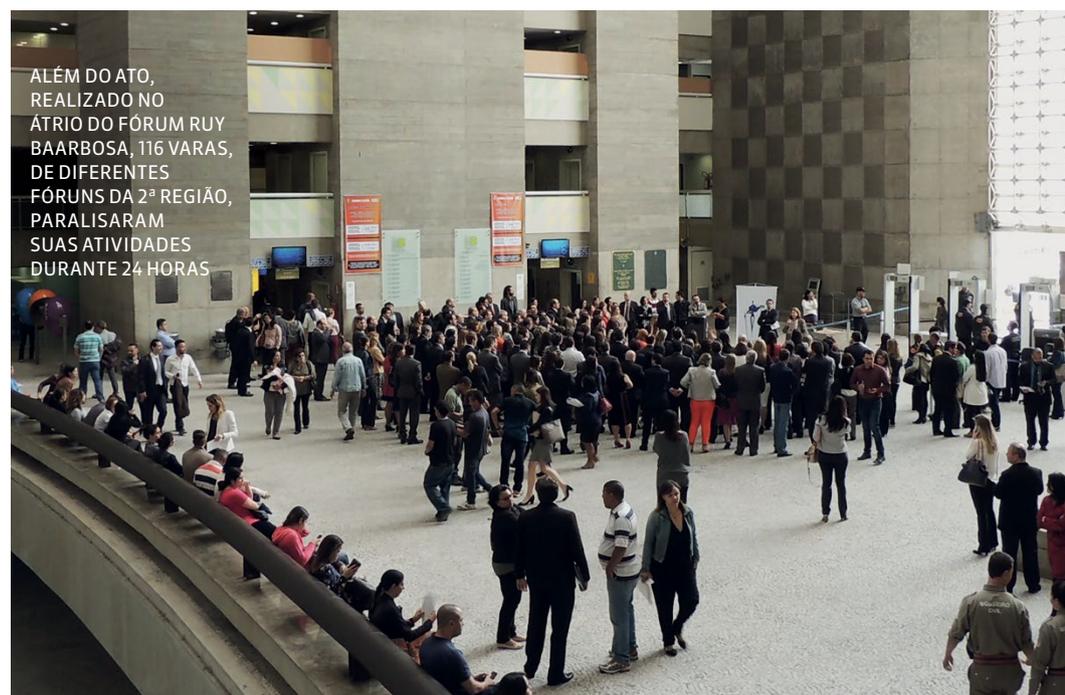
PEC 62/2015 – Trata-se de uma alteração no artigo de 1993 da Constituição Federal para desvincular os subsídios da Magis-

tratura dos subsídios do Supremo Tribunal Federal (STF), criando uma insegurança jurídica e econômica para as carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

CORTE ORÇAMENTÁRIO – No início de 2016, a Justiça do Trabalho teve redução de 30% nas verbas de custeio e 90% nos investimentos. A maior preocupação é com a provável diminuição do orçamento durante o ano de 2017, o que piorará ainda mais a situação atual.

REFORMA TRABALHISTA – Prevê mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como diminuição e flexibilização na jornada de trabalho, diminuição de salário e benefícios dos cidadãos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – Poderá aumentar a contribuição de servidores, alterar idade mínima da aposentadoria, entre outras possíveis ações. Os Magistrados lutam por uma democracia, em que questões como essas devem ser mais debatidas e esclarecidas com a população, a fim de evitar maiores prejuízos futuros.





MORTES PREMATURAS, MOBILIZAÇÃO E A ESPERANÇA DE UM FÓRUM SEGURO

FÓRUM RUY
BARBOSA:
BELEZA
ARQUITETÔNICA
COM GRANDES
RISCOS A
SEGURANÇA

Uma licitação e a colocação de vidros devem encerrar o ciclo de tragédias que ceifou a vida de seis pessoas nos últimos nove anos na Barra Funda. Será?

O edifício de 19 andares, duas torres, pé-direito alto, parede de concreto aparente com uma face de vidro que permite a entrada da luz leva a assinatura dos renomados arquitetos Décio Tozzi e Karla Albuquerque. No entanto, desde que abriu suas portas, em 2007, para trabalhadores e empresas em conflito como sede do maior Fórum Trabalhista do país, o Fórum Ruy Barbosa, na Barra Funda, zona oeste de São Paulo já foi palco de seis mortes. As duas últimas, em 29 de agosto, quando o motoboy Carlos Martins Kon Tien pulou do 17º andar levando no colo o filho inocente de apenas 4 anos.

No grupo de e-mail formado por associados da AMATRA-2, as mensagens davam a dimensão do quanto a tragédia afetou a todos. Reunidos em um ato organizado pela AMATRA-2 com apoio do

Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho (SINTRAJUD) em 31 de agosto, Magistrados e servidores decidiram manter a suspensão das audiências e de qualquer atendimento ao público no Fórum nos dias posteriores. As atividades foram retomadas no dia 6 de setembro, após a instalação de tapumes em todos os andares do edifício. A medida paliativa tomada pela administração do TRT-2 precedeu o compromisso do órgão em realizar uma licitação que sejam instalados vidros resistentes nos pontos sensíveis à segurança no prédio e que possam impedir tragédias como a do pai e filho.

Em resposta a um ofício enviado pela AMATRA-2 no início do mês de setembro, para requerer a imediata vistoria do Fórum da Barra Funda e a identificação de eventuais irregularidades pre-

sentes na edificação, o Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, Coronel Rogério Bernardes Duarte, informou que uma vistoria havia sido feita no local. O relatório dos Bombeiros apontou o que deveria ser feito para a regularização do edifício.

A equipe de Engenharia do TRT-2ª Região se reuniu na sede do CBESP, quando foram ressaltadas as medidas a serem adotadas para a regularização da edificação pelo Corpo de Bombeiros. Também foi deliberado sobre apresentação de um cronograma de trabalho para a implementação de tais medidas. O Corpo de Bombeiros está acompanhando os medidas que estão sendo providenciadas pelo TRT-2 para a regularização da edificação, visando à renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). A AMATRA-2 continuará firme na cobrança por melhorias na estrutura do prédio, preservando a integridade física de Magistrados, servidores, advogados e partes.

OS 13 NOVOS JUÍZES TOMARAM POSSE EM ATO DA ENTÃO PRESIDENTE DO TRT-2, DESEMBARGADORA SILVIA DEVONALD. EM NOME DOS COLEGAS, O PRESIDENTE DA AMATRA-2 (O PRIMEIRO À ESQ.), JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, DEU AS BOAS-VINDAS AOS MAGISTRADOS



BEM VINDOS, COLEGAS JUÍZES DO 40º CONCURSO

A celebração de posse dos 13 aprovados no 40º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) foi realizada em 12 de setembro, uma segunda-feira, no Salão do Pleno no 20º andar do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), na Rua da Consolação, em São Paulo.

A solenidade de posse foi conduzida pelos Desembargadores Silvia Devonald, Wilson Fernandes, Rosa Maria Zuccaro, Beatriz de Lima Pereira e membros do Corpo Diretivo.

O Presidente da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, deu as boas-vindas aos novos colegas.

Na lista dos empossandos, em ordem de classificação final e nomeação estão: Jerônimo Azambuja Franco Neto; Tatiane Pastorelli Dutra; Sandra Sayuri Ikeda; Alex Alberto Horschutz de Resende; Rafael Vitor de Macêdo Guimarães; Eudivan Batista de Souza; Vitor Pellegrini Vivan; Brígida Della Rocca Costa; Fabricia Rodrigues Chiarelli; Michel de Barcelos Santos; Gustavo Schild Soares; Fabio Cesar Vicentini e Bruno Luís Bressiani Martins.

114,5 milhões

É a estimativa do número de processos que vão estar tramitando na Justiça brasileira no ano de 2020 segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

MAKSOU
PLAZA, EM SÃO
PAULO: SEDE
DE CONGRESSO
INTERNACIONAL



O VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO ENVOLVEU O TEMA “AUTONOMIA DA VONTADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO”

O VI Congresso Internacional de Direito do Trabalho foi realizado entre os dias 6 e 8 de outubro. O evento foi organizado pela Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT), em parceria com o International Labor and Employment – Ilera (Associação Mundial do Labor e Relações de Trabalho) e abordou assuntos como “Autonomia da Vontade nas Relações de Trabalho”. O evento foi sediado no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo.

A coordenação do congresso foi representada pelo Desembargador do TRT-2 e atual presidente da ABDT Valdir Florindo, pelo professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Nelson Mannrich, pela professora da faculdade de Direito da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) Yone Frediani e pelo Ministro do TST Alexandre de Souza Agra Belmonte. A conferência no dia 06/10 foi iniciada pelo ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

PECS, PROJETOS E PROCESSOS DE INTERESSE DA MAGISTRATURA TRABALHISTA

PROJETO	ANO	AUTOR	TRATA DE
PLNº 3123	2015	Poder Executivo	Aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos
PEC Nº 555	2006	Carlos Mota – PSB/MG	Extinção da cobrança da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas
PEC Nº 26	2011	Eduardo Cunha – PMDB/RJ	Alterações no regimento da aposentadoria dos membros do Poder Judiciário, com proventos integrais, assegurada a paridade das pensões
PEC Nº 63	2013	Jorge Afonso Argello e outros Senadores	Reajuste de 5% a cada cinco anos aos Juízes e membros do Ministério Público (ATS)
PEC Nº 236	2012	Walter Feldman – PSDB/SP	Autonomia financeira e orçamentária do Poder Judiciário e do Ministério Público – vedação de alteração pelo Poder Executivo
PEC Nº 139	2015	Poder Executivo	Emenda Constitucional que extingue o Abono de Permanência para o servidor público
PEC Nº 187	2012	Wellington Fagundes – PR/MT	Instituição da eleição direta para os Tribunais
PEC Nº 15	2012	Vital do Rêgo e outros Senadores	Instituição da eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau
PEC Nº 54	2015	Senador Raimundo Lira e outros Senadores	Elevação da idade mínima requerida para a investidura no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Contas da União, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho, nos Tribunais Regionais Eleitorais e nos Tribunais de Justiça dos Estados
PLC Nº 27	2016	Supremo Tribunal Federal	Reajuste dos subsídios
PLC Nº 30	2015	Deputado Sandro Mabel – PL/GO	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes
PLNº 8307	2014	Tribunal Superior do Trabalho	Criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
PLNº 4193	2012	Irajá Abreu – PSD/TO	Prevalência do negociado coletivamente em relação ao legislado
PLS Nº 432	2013	Comissão – ATN Nº 2, de 2013	Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Redefine trabalho escravo
PLS Nº 710	2011	Senador Aloysio Nunes Ferreira	Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal. Exclui, dentre outros, os Magistrados
ACO Nº 2511	2014	ANAMATRA	Auxílio-moradia aos Magistrados do Trabalho
ADI Nº 4885	2012	AMB e ANAMATRA	"Tem como objeto o § 15 do artigo 40 da Carta Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e contra a Lei nº 12.618, de 2012 na parte em que autorizada a criação de entidade fechada de previdência complementar destinada a alcançar membros da magistratura."
ADI Nº 5468	2016	ANAMATRA	Cortes discriminatórios que constam no orçamento da Justiça do Trabalho
MS Nº 32538	2013	ANAMATRA	"Impetrado contra acórdão do TCU que considerou indevidos os pagamentos decorrentes da incidência do percentual de 11,98% de unidade real de valor (URV), sobre o auxílio-moradia, incorporado à parcela autônoma de equivalência (PAE), referente ao período de fevereiro de 1995 a dezembro de 1997."
MS Nº 33456	2015	ANAMATRA	Impetrado para assegurar o direito ao abono permanência aos Juízes
ADI Nº 5533	2016	AMB e ANAMATRA	Restrição contida no Anexo V da LOA de 2016 (Lei nº 13.255/16) que veda o provimento de cargos de servidores e Magistrados
PROCESSO Nº 0003963-20.2006.4.03.6100	2006	AMATRA-2	IR sobre terço de férias
PCA Nº. 0005229-43.2015.2.00.000	2015	AMATRA-2	Nulidade do ato administrativo do TRT-2 que extinguiu o auxílio fixo na 46ª. VT/SP
PP Nº 0005148-94.2015.2.00.0000	2015	AMATRA-2	Manutenção e ampliação do sistema de "auxílio fixo" no âmbito do TRT-2
PP Nº 0004846-65.2015.2.00.0000	2015	AMATRA-2	Promoções por merecimento
PCA Nº 0000360-03.2016.2.00.0000	2016	ANAMATRA	Contesta alterações da Resolução nº 160/2015 em face da Resolução nº 63/2010 do CSJT
PP Nº 0002556-43.2016.2.00.0000	2016	AMATRA-2	Recontagem de período aquisitivo de férias
AO Nº 0067479-05.2015.4.01.3400	2015	ANAMATRA	Pedido de tutela antecipada em face da União Federal, visando à anulação da Resolução nº 155 do CSJT
PP Nº 000.2352-96.2016.2.00.0000	2016	ANAMATRA	Pedido de liminar proposto pela ANAMATRA, que objetiva o imediato exercício do direito à licença-paternidade de vinte dias aos Magistrados
PCA Nº 0005327-91.2016.2.00.0000	2016	AMATRA-2	Descumprimento das regras para concessão do auxílio-julgamento

Pouca coisa mudou no andamento das proposições que impactam na vida de Juízes e Desembargadores do Trabalho. A começar pelo Projeto de Lei que serve de limite para os salários de agentes políticos e públicos

ESTÁ	OBS
Plenário da Câmara do Deputados	O referido Projeto de Lei aguarda votação no Plenário da Câmara
Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para pauta no Plenário da Câmara
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC)	Pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Secretaria Legislativa do Senado Federal (SLSF)	Pronta para deliberação no Plenário. A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CC)	Avotação foi pela admissibilidade do Proposta de Emenda à Constituição nº 236 de 2012, com o relator Deputado Lincoln Portela
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CC)	A PEC em referência aguarda deliberação na CCJC
Plenário da Câmara do Deputados	Comissão em funcionamento
Secretaria Legislativa do Senado Federal (SLSF)	Pronta para deliberação no plenário do Senado Federal
Secretaria Legislativa do Senado Federal (SLSF)	Pronta para deliberação do Plenário
Congresso Nacional	Incluído o Requerimento nº 639, de 2016, de urgência para a matéria, na Ordem do Dia da sessão deliberativa de 12.09.2016. Votação, em turno único
Secretaria Legislativa do Senado Federal (SLSF)	Aguardando leitura de Requerimento, do Senador Paulo Paim, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 300, de 2015; com o PLC nº 30, de 2015
Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Pronto para pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Devolvido ao Relator, Deputado Silvio Costa (PSC-PE), para reexame de seu parecer
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CC)	Matéria encaminhada ao gabinete do Relator, Senador Paulo Paim
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CC)	O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim (Tramitam em conjunto os PLS's nºs 710, de 2011, e 287, de 2013)
Supremo Tribunal Federal	Liminar deferida. Aguardando julgamento do mérito
Supremo Tribunal Federal	Os autos do processo estão conclusos ao Relator Ministro Marco Aurélio
Supremo Tribunal Federal	No mérito, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta
Supremo Tribunal Federal	Liminar deferida revogada e seguimento ao pedido negado (art. 21, § 1º do RISTF), relator Ministro Teori Zavascki
Supremo Tribunal Federal	Aguardando manifestação da parte, conforme despacho do Relator
Supremo Tribunal Federal	Vista à Procuradoria-Geral da República (PGR)
Vice-Presidência do TRF da 3ª Região (origem: 1ª VF de SP)	Autos conclusos para decisão do atual Vice-Presidente do TRF-3, desde 7/3/2016
Conselho Nacional de Justiça	Após decisão que indeferiu o pedido de liminar (Id1839792), a requerente apresentou um pedido de reconsideração (Id1852671)
Conselho Nacional de Justiça	Retirado da pauta virtual. O processo será incluído na pauta de processos físicos, para possibilitar a sustentação oral da Requerente
Conselho Nacional de Justiça	Processo incluído na pauta virtual, aguardando vista dos autos requerido por Conselheiro para conclusão do julgamento. Será reincluído em pauta em breve
Conselho Nacional de Justiça	Processo distribuído ao conselheiro do CNJ Arnaldo Hossepian Salles
Conselho Nacional de Justiça	Em atenção ao recurso interposto, o TRT-2 foi intimado para apresentar contrarrazões, no prazo regimental
Justiça Federal – 21ª VF do DF	Mantida a decisão proferida. Aguardando a manifestação da autora
Conselho Nacional de Justiça	O relator Conselheiro Bruno Ronchetti de Castro deferiu a liminar
Conselho Nacional de Justiça	Intimado o TRT-2 para prestar informações. Relatoria do Conselheiro Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior



ENTRE LIVROS, HISTÓRIAS E JUSTIÇA

Após 43 anos como Juiz do Trabalho, o mineiro Floriano Corrêa Vaz da Silva, de 82 anos, aposentou-se, mas continua na rotina de Varas e processos. Agora, como advogado

O escritório de aproximadamente 50 m² na Rua Apinajés, no bairro de Perdizes, na Zona Oeste de São Paulo, reflete a personalidade de seu dono: livros – muitos livros – ocupam o espaço. É nesse endereço que o Juiz aposentado Floriano Corrêa Vaz da Silva, de 82 anos, passou a exercer a advocacia após deixar a função de Juiz do Trabalho em 2004, depois de 43 anos dedicados à Magistratura.

Juntamente com os livros, claro, muitas histórias e lembranças. O Doutor Floriano é o que se pode chamar de um bom papo. Histórias para contar não lhe faltam. Combinamos que a entrevista que daria ao jornal *Magistratura e Trabalho* não passaria de uma hora. Promessa quebrada: nossa conversa durou quase o dobro.

Nascido na pequena Piumhi, região sudoeste de Minas Gerais, mudou várias vezes de cidade. Seu pai, bancário de carreira, vivia sendo transferido – nos oito primeiros anos de vida do primogênito Floriano, a família Vaz da Silva morou em quatro diferentes municípios do Estado. Não pararia por aí. O pai foi promovido à função de gerente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, todavia na cidade goiana de Ipameri. E lá se foram todos de maria-fumaça para um novo endereço.

Entre a infância e a adolescência, o hábito da leitura impregnou-se no ga-

roto, que vivia pelos cantos sempre em companhia de um livro. Aos 15 anos, o rapazinho deixava a família para viver em Belo Horizonte, onde ingressaria no concorridíssimo Colégio Estadual de Minas Gerais, onde optou mais para frente pelo Curso Clássico, com direito a muita história e literatura.

A ESCOLHA PELO DIREITO

O fascínio pelas palavras, levou o jovem Floriano, então, a escolher Letras no primeiro vestibular, feito aos 17 anos de idade. Um ano depois, ele se deu conta que,

“ Para mim, não há assunto tabu. A CLT não é intocável. Nem a Constituição é.”

apesar do gosto pela leitura e pela escrita, não era disciplinado nem tinha condições de vida para mergulhar no aprendizado de grego e latim. Tinha uma vida conturbada. Com os pais morando em Goiás, passou pela casa dos avós, depois por repúblicas e por hotéis baratos.

A necessidade o fez conciliar a educação com o trabalho e foi na atividade de escrevente juramentado na 3ª Vara Criminal de Belo Horizonte que sentiu que poderia ir bem navegando pelo Direito e embarcou nessa segunda escolha entrando para a tradicional Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lá, em meio à convivência com colegas e professores de alto nível intelectual, o rapaz do interior despertou para um novo interesse: a política. O tema lhe renderia mais para a frente alguns dissabores e sempre muita paixão.

EXCLUÍDO DO CPOR E REBAIXADO A CABO

Antes mesmo de concluir o curso de Direito, o doutor Floriano se casou e teve seis filhos. Por isso, conciliava a universidade com a formação profissional no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). A fama infundada de que era comunista provocou sua exclusão da escola do Exército, tendo que refazer o serviço militar como cabo em uma cidade do interior de Minas Gerais, longe da mulher e dos filhos.

De volta à Belo Horizonte, enquanto não concluía o curso da UFMG, trabalhou na Frimisa, empresa do governo estadual, e teve que aceitar a ajuda da sogra. Ao tomar conhecimento da notícia da realização de um concurso público para Juiz do Trabalho em São Paulo, decidiu encarar o desafio e, mesmo com uma concorrência de altíssimo nível, conseguiu se classificar em terceiro lugar.

Naquela época, São Paulo já era a maior região da Justiça do Trabalho, mas com uma cobertura que envolvia não só o estado inteiro como outras duas unidades da federação vizinhas – o gigante Mato Grosso, antes da divisão em dois estados, e o Paraná, onde o Doutor Floriano exerceu a primeira função como Juiz na cidade de Ponta Grossa.

Ele foi o primeiro Juiz do Trabalho do município. A fama de que era comunista, no entanto, dificultou sua vida por lá. Sofreu uma ameaça de morte e, decidido a manter

“Os motivos convergem para eu continuar atuando no Direito: necessidade e amor pelo que faço.”

a família e ele próprio em segurança, conseguiu uma transferência para Curitiba, onde exerceu a função durante dez anos, indo depois para a capital paulista.

SOCIALISMO, ABORTO E TABUS

Na conversa com a reportagem do *Magistratura e Trabalho*, o Juiz disse que durante muitos anos foi socialista, filiado inclusive ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Envolvido com causas polêmicas, é um defensor da descriminalização do aborto. Ele simplesmente, não gosta de tabus. Para o Doutor Floriano, “não há assunto tabu. A CLT não é intocável. Nem a Constituição é”.

Em seus 43 anos como Magistrado do Trabalho, o Juiz Floriano Corrêa Vaz da Silva presidiu o TRT-2 na virada do milênio – entre 1998 e 2000. Nos primeiros dias de sua gestão, exonerou da Comissão de Obras do Fórum Ruy Barbosa o ex-presidente Nicolau dos Santos Neto, que, mesmo afastado do cargo e envolvido num emaranhado de denúncias graves de irregularidades, continuava à frente do projeto.

GIGANTISMO, EXECUÇÕES E MUITO AMOR PELA JUSTIÇA

Da Justiça do Trabalho atual, como outros Magistrados que já se aposentaram, Floriano Vaz da Silva se surpreendeu com o “gigantismo” e critica a busca pela “execução da sentença de forma indiscriminada”. Às vezes, diz ele, o que era justo se transforma na fase da execução em uma grande injustiça.

Quando perguntamos por que ele ainda continua trabalhando, o Juiz e membro fundador da Academia Nacional do Direito do Trabalho foi franco: “Os motivos convergem para eu continuar atuando no Direito: necessidade e amor pelo que faço”.

No final da conversa, doutor Floriano pega um livro na estante – *Amor e Ódio*, o *Casamento Tumultuado de Sonia e Leon Tolstói*. Abre, folheia as páginas amareladas da obra assinada por William L. Shirer. O exemplar tem anotações feitas pelo leitor contumaz. Naquele momento, o Juiz Aposentado decide: “Vou levar este para a casa. Vou ler de novo”.

SUGESTÕES DE LEITURA

Por Floriano Corrêa Vaz da Silva, fundador e membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho

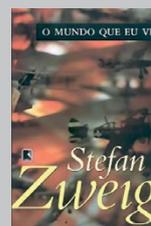


Amor e Ódio – o Casamento Tumultuado de Sonia e Leon Tolstói, William L. Shirer

A obra do jornalista e historiador Americano narra com riqueza de detalhes a relação extremada do autor do clássico *Guerra e Paz* com sua mulher.

Judas, o Obscuro, Thomas Hardy

O romance conta a história de um rapaz chamado Judas, morador de um sítio mas que quer ir muito além das cercas que delimitam a propriedade. Ele encontra em uma prima as mesmas aspirações e desejos.



O Mundo que Eu Vi, Stefan Zweig

A história se passa no período de ameaça nazista e está centrada no relato de um homem que passou por situações extremas: da riqueza à pobreza, da liberdade à prisão, da alegria à tristeza.

O Idiota, Fiódor Dostoiévski

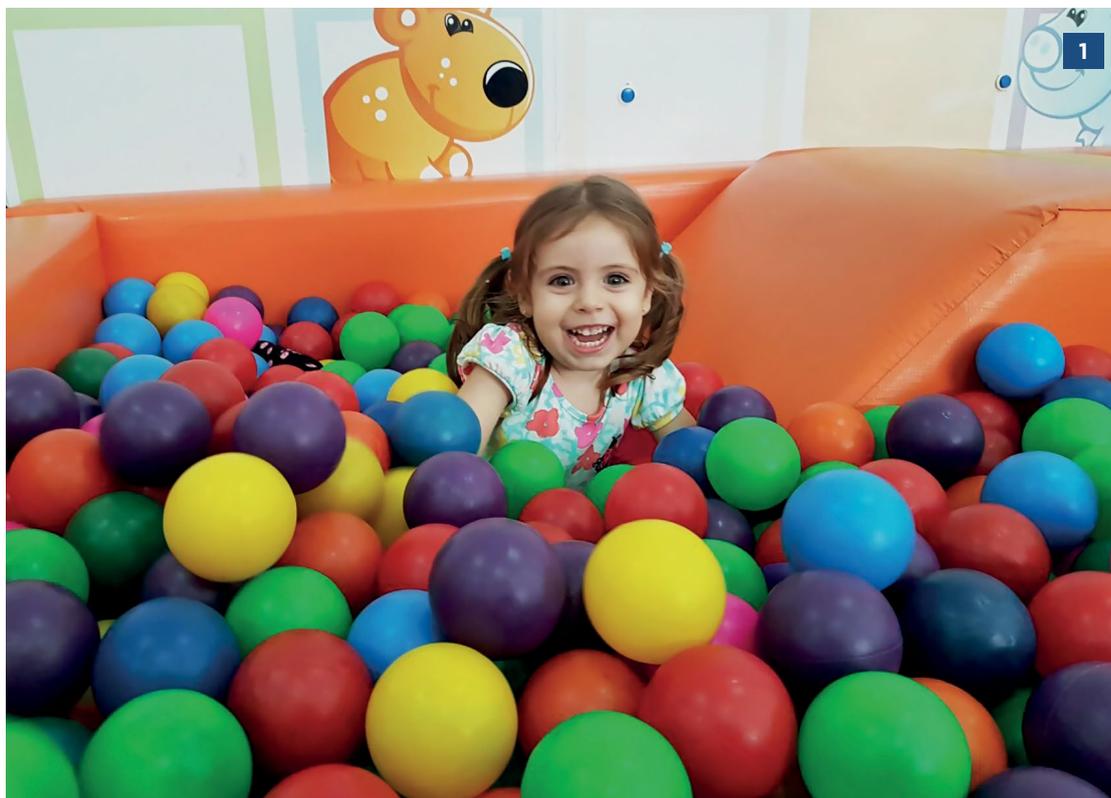
O livro conta a trajetória de um príncipe russo que retorna a seu país aos 27 anos depois de ficar internado em uma clínica na Suíça para se tratar de epilepsia. Na volta, é visto como um idiota.



ACONTECEU

ENTRE CORES, SORRISOS E DIVERSÃO

Filhos, netos e sobrinhos dos associados da AMATRA-2 comemoraram da melhor forma o Dia das Crianças: brincando muito





1. MARIA LÚCIA, SOBRINHA DO VICE-PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ MARCELO CHAMONE, ADOROU A PISCINA DE BOLINHAS DO BUFFET SPASSO SPLASH **2. E 3.** ENQUANTO A GAROTINHA AO LADO OUSOU NO ESTILINGUE HUMANO, OS NETOS DA DESEMBARGADORA DÂMIA AVOLI EXPERIMENTARAM UMA PEQUENA RODA-GIGANTE **4.** A JUÍZA TATIANA AGDA BELOTI MARANESI LEVOU O FILHO, LUCAS, PARA ACOMPANHAR AS ESTRIPULIAS DOS MAIORES **5.** IMAGINEM SÓ A SENSÇÃO DENTRO DESTA BOLA GIGANTE E TRANSPARENTE? **6.** OS JUÍZES JOSE CARLOS CASTELO BRANCO E FERNANDA MIYATA F. CASTELO BRANCO E A FILHA DELES, MARIA LUIZA, CHEGANDO PARA A FESTA **7.** A ALEGRIA NOS OLHOS DE CATARINA, A FOFÍSSIMA FILHA DA JUÍZA JULIANA DEJAVITE PINHEIRO, É PLENAMENTE JUSTIFICÁVEL, NÃO É? QUEM NUNCA PENSOU EM SE ATIRAR NUMA PISCINA DE BOLINHAS?



DATAS



JULIANA RANZANI TOMA POSSE NO CARGO DE JUÍZA SUBSTITUTA NO TRIBUNAL DE SÃO PAULO

Juliana Ranzani exercia a Magistratura no estado de Pernambuco e foi empossada no cargo de Juíza Substituta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) em uma permuta com a Juíza Juliana Gabriela Hita Neves. A cerimônia ocorreu em 31 de agosto no Gabinete da Presidência Regional. O ato de posse foi conduzido pela Desembargadora Sílvia Devonald e contou com a presença de Magistrados, Servidores, familiares e representantes da Associação dos Magistrados de Justiça do Trabalho da Segunda Região (AMATRA-2).

CERIMÔNIA DE POSSE SOLENE É REALIZADA PARA DOIS NOVOS DESEMBARGADORES DO TRT-2



Em 18 de agosto, Sônia Aparecida Costa Mascaro do Nascimento e Fernando Álvaro Pinheiro foram empossados no cargo de Desembargador Federal do Trabalho. A cerimônia foi conduzida pela Desembargadora Sílvia Devonald, à época Presidente do TRT da 2ª Região, em São Paulo-SP. Ambos foram nomeados em abril pela Presidência da República para ocupar cadeiras no Tribunal Pleno e na Seção de Dissídios Coletivos. A Desembargadora Sônia foi nomeada para compor a 9ª turma do TRT-2, e o Desembargador Fernando, a 14ª turma.



O MAGISTRADO GÉZIO DUARTE MEDRADO COM O TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO ENTRE FAMILIARES E AMIGOS

MAGISTRADO FOI HOMENAGEADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Em 22 de setembro, por iniciativa do Vereador Celso Jatene, a Câmara Municipal de São Paulo homenageou o Magistrado Gézio Duarte Medrado. Em cerimônia realizada no Palácio Anchieta, o também Jurista e professor recebeu o Título de Cidadão Paulistano e foi parabenizado pelo Diretor de aposentados e representante da AMATRA-2, Desembargador Amador Paes de Almeida.

“ADOECIDO O JUIZ, ADOECEM O PROCESSO E O VALOR DE JUSTIÇA”

Esse foi o mote principal da Carta de Natal, documento final aprovado durante o 32º Encontro Anual da AMATRA-2 no início de setembro

NA MESA ESTAVAM A ENTÃO VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO DO TRT-2, DESEMBARGADORA ROSA ZUCCARO, O JUIZ FÁBIO MOTERANI, DA DIRETORIA CULTURAL DA AMATRA-2, A JUIZA MARIA RITA MANZARRA DE MOURA GARCIA, DA DIRETORIA DE PRERROGATIVAS DA ANAMATRA, E A JUIZA APOSENTADA ISABEL CRISTINA QUADROS ROMEO, DA DIRETORIA SOCIAL DA AMATRA-2 (DA ESQ. PARA DIR.): O DISCURSO DE ABERTURA FOI FEITO PELO PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA



“**P**or trás de cada processo, há um Magistrado que, pressionado por números e significativo volume de trabalho, descuida a cada dia de sua saúde mental e orgânica, afasta-se de seu contato familiar e social. Adoecido o Juiz, adoecem o processo e o valor de Justiça. A boa qualidade de vida do Magistrado traduz um profissional preparado para responder dignamente às suas importantes funções e atender às expectativas da sociedade.”

Assim termina a Carta de Natal (leia a íntegra ao lado), documento final retirado após palestras e debates que aconteceram durante o 32º Encontro Anual da AMATRA-2, realizado no Serhs Natal Grand Hotel, na capital potiguar, entre 8 e 11 de setembro.

A programação científica do evento abordou o tema Magistratura e Qualidade de Vida. A abertura, na quinta-feira, dia 08 de setembro, teve a palestra do Desembargador Gustavo Tadeu Alckimim, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele falou sobre “os limites humanos do Magistrado: contingências estruturais e regime de metas”.

CARTA DE NATAL

Os Magistrados do Trabalho da Segunda Região, reunidos no 32º Encontro Anual da AMATRA-2, sob o tema Magistratura e Qualidade de Vida, concitam à reflexão dos princípios da plenitude orgânica e psíquica do Magistrado.

Como agente pacificador de conflitos e agente condutivista, o Magistrado exerce uma função pública imprescindível para a validação do Estado Democrático de Direito.

Conduz à melhor interpretação da lei, estatuindo aos cidadãos respostas às suas demandas atuais e futuras.

Responde à sociedade por sua atuação. Pacífica exercendo o poder que lhe é afeto, com decisões efetivas e permeadas por amplos conhecimentos a respeito do Direito e da Justiça no caso concreto, não obstante as limitações estruturais do ambiente de trabalho em que está inserido.

O Juiz do Trabalho em particular lida diariamente com inúmeras demandas, prazos, metas, conflitos diversos e inesgotáveis. Absorve o mais intenso contato com o jurisdicionado, por meio de longas e numerosas audiências.

Mais que um profissional de números, o Magistrado detém seus próprios dramas, desencadeados ou agravados ante a imensa carga de trabalho, a resultar o tolhimento de sua cidadania plena e sua integração social e familiar.

Por trás da toga, há um ser humano, que sofre e que nem sempre possui uma estratégia de enfrentamento, como lembrou a psicóloga Marilda Lipp.

O Tribunal que acolhe o Magistrado deve estabelecer medidas de saúde preventiva, entender as demandas pessoais, compreender o Magistrado individualmente considerado.

Deve assegurar condições de trabalho propícias à desconexão, boa ergonomia a impedir doenças relacionadas ao trabalho, mas, sobretudo, proporcionar-lhe autoconfiança. Assegurar-lhe a independência no exercício da judicatura conforme seus valores.

Para o equilíbrio físico e psíquico, deve ser resguardada a sua higidez física e psíquica: (a) regular desfrute de férias, (b) tempo para a família, (c) tempo destinado à sua atualização.

É necessário dar visibilidade à desfuncionalidade orgânica do Magistrado, adocido com síndromes de depressão e ansiedade, com efeitos nítidos de estresses e *burn-out*, contaminando a si próprio, a sua família e ao jurisdicionado.

O Tribunal tem o dever de combater esse quadro mórbido que assola em grande medida os Juizes. Lutar contra a excessiva carga de trabalho, mitigar medidas punitivas direta ou indireta, individual ou geral, assim como as exigências de números e interferências constantes na judicatura, diante da notória insuficiência de recursos.

Antes, atentar para a observância das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que toca ao (a) equacionamento de servidores públicos que auxiliam os Juizes de primeira e segunda instâncias, (b) fixação de ao menos dois Juizes por Vara, (c) servidor assistente para todos os Magistrados, indistintamente, (d) preenchimento de todas as vagas abertas para ingresso à carreira.

Precedente ao cumprimento de metas exigidas, inclusive com relação aos processos de execução, no âmbito do TRT-2, importa superar a insuficiência

de Magistrados e de servidores. Há de se proporcionar aos Magistrados um meio ambiente do trabalho adequado, hígido, saudável.

O Juiz deve ser ouvido. As soluções para os problemas atuais da Magistratura encontram-se no diálogo construtivo. Ressaltamos que a via associativa deve ser valorizada como meio de alcançar esse objetivo, numa relação simbiótica, não antagonica. Diante da falta de adequada estrutura funcional no TRT-2, entendemos que a Administração do TRT-2 deve se pautar sempre pelo diálogo, observando-se o número reduzido e insuficiente de Magistrados para atender a atual demanda, excluindo-se qualquer procedimento punitivo em face de Juizes.

Retomamos a Carta de Búzios (Encontro Anual da AMATRA-2 em 2015). Como integrantes de uma categoria única de agentes políticos do Estado Democrático Brasileiro, a função essencial do Magistrado não é fazer números, mas JUSTIÇA, pois, por trás de cada processo, há um cidadão à espera da análise do seu caso individual.

Acrescenta-se: por trás de cada processo, há um Magistrado que, pressionado por números e significativo volume de trabalho, descuida a cada dia de sua saúde mental e orgânica, afasta-se de seu contato familiar e social. Adoecido o Juiz, adoecem o processo e o valor de justiça.

A boa qualidade de vida do Magistrado traduz um profissional preparado para responder dignamente às suas importantes funções e atender às expectativas da sociedade.

Natal, 9 de setembro de 2016.

Na segunda, dia 9 de setembro, foram realizadas duas palestras: Saúde Mental do Magistrado, proferida pela psicóloga Fundadora do Centro Psicológico de Controle do Stress, Marilda Emmanoel Novaes Lipp e Informatização do Processo: os Desafios da Ergonomia e da Desconexão”, tema abordado pela Pesquisadora da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Cristiane Queiróz, e pelo Conselheiro do CNJ, Juiz Carlos Eduardo Oliveira.

Após as palestras do dia, o Presidente, Vice-Presidente e Diretor Cultural da AMATRA-2, respectivamente Juizes Fábio

Ribeiro da Rocha, Marcelo Azevedo Chamone e Fábio Moterani, reuniram-se no palco para concluir a parte cultural do evento, com realização de plenária e leitura da Carta de Natal.

ENCERRAMENTO

As atividades do 32º Encontro Anual da AMATRA-2 foram encerradas na noite do sábado, dia 11 de setembro, com a animada “Festa das Cores” (ver a cobertura com fotos na página 14), que contou com a banda de música ao vivo, comidas típicas do Nordeste e confraternização entre os presentes.

ACONTECEU

A “FESTA DAS CORES” NA DESPEDIDA DE NATAL

O encerramento das atividades do 32º Encontro Anual da AMATRA-2, na noite de sábado, dia 11 de setembro, teve música ao vivo, comida típica do Nordeste e muita animação



1. O PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA COM SUA ESPOSA, MILENA LOUREIRO, E OS JUÍZES MARCO ANTONIO DOS SANTOS E FERNANDA ZANON MARCHETTI **2.** O JUIZ VINICIUS JOSÉ RESENDE E A ESPOSA **3.** A DESEMBARGADORA CINTIA TÁFFARI E O MARIDO **4.** A DESEMBARGADORA LILIAN GONÇALVES E A DESEMBARGADORA APOSENTADA VERA MARTA PUBLICO DIAS **5.** A DESEMBARGADORA MARIA CRISTINA FISCH, DA DIRETORIA DE APOSENTADOS DA AMATRA-2, COM A JUÍZA EDIVANIA BIACHIN PANZAN E SEUS FILHOS **6.** AS JUÍZAS MARIA APARECIDA NORCE FURTADO E VANDA FERREIRA DA CRUZ **7.** A ENTÃO VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO DO TRT-2, DESEMBARGADORA ROSA MARIA ZUCCARO E A JUÍZA PATRICA ALMEIDA RAMOS, DA COMISSÃO DE PRERROGATIVAS DA AMATRA-2 **8.** O SHOW DA BANDA QUE ANIMOU A FESTA DAS CORES **9.** O JUIZ SAMUEL BATISTA DE SÁ E SUA ESPOSA **10.** O JUIZ APOSENTADO JOSÉ MARIA PAZ BARRETO E SUA ESPOSA, A DESEMBARGADORA APOSENTADA ANÉLIA LI CHUM



11



12



13



14



15



16



17



19



18



20

16. (DA ESQ. PARA DIR.) A SERVIDORA ISAUARA, A JUÍZA DULCE MARIA S. GOMES RIJO, A SERVIDORA DESIRRÉ E A JUÍZA REGINA CELI VIEIRA FERRO 17. A JUÍZA FERNADA MYIATA ENTRE O PAI E O JUÍZ JOSÉ CARLOS SOARES CASTELLO BRANCO 18. AS JUÍZAS BEATRIZ BERNARDON E JULIANA VARELA DE A. DALPRA 19. A JUÍZA JULIANA DEJAVITE DOS S. PINHEIRO 20. O CONSELHEIRO DO CNJ CARLOS EDUARDO OLIVEIRA E O FILHO 21. AS JUÍZAS FABIANA MEYENBERG VIEIRA COM O MARIDO, VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ, DA DIRETORIA DE BENEFÍCIOS DA AMATRA-2, E EDITE ALMEIDA VASCONCELLOS



21

11. OS JUÍZES SUZANA NORONHA, CARLOS ALBERTO NORONHA, ANÍSIO DE SOUSA GOMES E SUA ESPOSA 12. A JUÍZA ANNETH KONESUKE E O MARIDO 13. A JUÍZA ROGÉRIA AMARAL E O MARIDO 14. A JUÍZA ANDREA RENDEIRO PEREIRA ANSCHAU E SUA FAMÍLIA 15. A JUÍZA APOSENTADA ISABEL CRISTINA QUADROS ROMEO, DA DIRETORIA SOCIAL DA AMATRA-2, AS JUÍZAS PATRICIA ALMEIDA RAMOS E KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO



SOB NOVA DIREÇÃO

Após a posse solene, o novo corpo diretivo do TRT-2 é homenageado em jantar de adesão organizado pela AMATRA-2 em 3 de outubro com a presença de Magistrados, Procuradores, advogados e familiares



FOTOS: FELIPEINHOLI



5. O TIME DA RECEPÇÃO AO NOVO CORPO DIRETIVO E FUNCIONÁRIOS DA AMATRA-2: CARLA, DIEGO E RAQUEL 6. O VICE-PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ MARCELO CHAMONE 7. AS JUIZAS JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS, PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS E ADRIANA PRADO LIMA 8. COLEGAS EM TORNO DA DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO ENQUANTO DANÇAM ANIMADOS 9. A NOVA VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA, ASSIM COMO OS OUTROS HOMENAGEADOS DA NOITE, EM TOUR DE AGRADECIMENTO AOS AMIGOS PRESENTES AO EVENTO





10. O NOVO PRESIDENTE DO TRT-2, DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES, EM FOTO COM ASSESSORES E AMIGOS **11.** APÓS A FORMALIDADE DO JANTAR E CUMPRIMENTOS, OS HOMENAGEADOS E COLEGAS SE DIVERTIRAM NA PISTA DE DANÇA COMANDADA POR UM DJ



12. O PRESIDENTE DO TRT-2, DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES COM A FILHA, LAÍS DE BARROS FERNANDES **13.** O CASAL DESEMBARGADORA APOSENTADA ANÉLIA LI CHUM E O JUIZ APOSENTADO JOSÉ MARIA PAZ BARRETO **14.** DESEMBARGADORA ELZA EIKO MIZUNO (AO CENTRO, DE VERMELHO) E OS JUÍZES REGINA FERRO, HÉLDER BIANCHI, LUCIANA BERTOCCO, MARIA CRISTINA DI LASCIO, EDITE ALMEIDA VASCONELOS, CYNTHIA ROSA, MARIA ALCINA BERES, DULCE RIJO E SILVANA LAMATTINA



BRINDES, DANÇA, SELFIES, AMIGOS E COMEMORAÇÃO PELA POSSE DO NOVO CORPO DIRETIVO DO TRT. NA FOTO ACIMA **(16)** O PRESIDENTE DA AMATRA-2, FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, COM SUA ESPOSA, MILENA LOUREIRO, LADEADOS PELOS JUÍZES FARLEY FERREIRA E PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS **19.** A MESA DE AMIGOS E FAMILIARES DA DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO



JOGOS DAS AMATRAS DO SUDESTE: MAGISTRADOS E PRÁTICA SAUDÁVEL

A primeira edição dos Jogos das Amatras do Sudeste ocorre entre 29 de outubro e 1 de novembro, na cidade de Atibaia (SP), no Bourbon Atibaia Convention & Spa e envolve associados e não associados das Amatras da 3ª (Minas Gerais), 2ª (São Paulo capital, área metropolitana e Baixada Santista), 15ª (Campinas e interior paulista) e 17ª (Espírito Santo) Regiões. Familiares também podem participar de algumas categorias. Entre

as modalidades oferecidas pelo evento estão: futebol; vôlei de areia; tênis de quadra; tênis de mesa; corrida (5 km); caminhada (2,5 km); dominó; natação (50 m, 100 m, 200 m) e revezamento misto (4x100m).

As inscrições já foram encerradas, mas, segundo o Diretor de Esportes e Lazer da AMATRA-2, Hermano de Oliveira Dantas, outras edições poderão ser realizadas nos próximos anos.

BOURBON ATIBAIA
CONVENTION & SPA:
PALCO DO I JOGOS DAS
AMATRAS DO SUDESTE



O GRUPO DE
VÔLEI DE
AREIA ENCONTRO
NO CLUBE
PELEZÃO

FUTEBOL, VÔLEI E AGORA, CORRIDA!

Desde 31 de agosto, os associados da AMATRA-2 contam com mais uma categoria de prática desportiva. Agora é a vez da corrida, que já tem 20 participantes. Os grupos estão se encontrando no Parque do Ibirapuera toda segunda e quarta, das 19 às 21h; na USP, nas terças e quintas, no mesmo horário, e aos sábados, das 8 às 11h.

Além da novidade, a Diretoria de Esportes da Amatra-2 tem organizado grupos de vôlei e futebol. As práticas esportivas são uma alternativa de lazer que contribuem para a saúde física e mental dos Magistrados. As turmas de vôlei se encontram no Clube Peleção aos sábados pela manhã e de futebol nas segundas-feiras, no Playball da unidade Pompeia.

Os familiares também podem participar de algumas modalidades. Para maiores informações, os interessados podem entrar em contato com a secretaria da AMATRA-2 pelos telefones: (11) 3392-4996 ou 3392-4997